

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 03866/2021

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de **OPME – ÓRTESE, PRÓTESE E MATERIAIS ESPECIAIS** para atender a demanda do Hospital Municipal Raul Sertã pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas na Requisição acostada aos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante: Hospital Municipal Raul Sertã;

1.3. Fundamentação Legal: A presente aquisição se dará, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, critério de julgamento GLOBAL, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, e do Decreto Municipal 599 de 03 de junho de 2020, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, e da Lei Complementar nº 123/06, bem como considerando as alterações promovidas no Sistema Compras net SIASG pelo Decreto Federal nº 10.024/2019;

1.4. Caso haja DIVERGÊNCIA entre o descritivo dos itens no edital licitatório e no portal COMPRASNET do governo federal, PREVALECERÁ O DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL LICITATÓRIO.

1.5. Tipo: Menor preço global nos termos da Lei 8.666/1993;

1.6. Prazo: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

LOTE 01 - TRAUMA COMUM / UNIVERSAL

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
2	455758	ARRUELA	UN	45
3	455758	ARRUELA 3,5	UN	100



4	455758	ARRUELA 4,5	UN	40
5	439229	ARRUELA LISA	UN	50
20	444011	FIO GUIA (DIVERSOS)	UN	50
32	444413	PARAFUSO ESPONJOSO DCP 6.5. E 4.5	UN	100
35	462068	PARAFUSO 2.7	UN	360
36	466790	PARAFUSO ANTI ROTATÓRIO	UN	300
37	436672	PARAFUSO CANULADO 3,5MM	UN	30
38	443277	PARAFUSO CANULADO 4,5MM	UN	40
39	436666	PARAFUSO CANULADO 7,0MM	UN	40
42	436630	PARAFUSO CORTICAL DCP 3.5	UN	1500
43	440495	PARAFUSO CORTICAL DCP 4.5	UN	1600
44	453981	PARAFUSO DESLIZANTE	UN	230
45	443799	PARAFUSO ESPONJOSO 6,5	UN	20
46	286355	PARAFUSO ESPONJOSO COMUM 6.5, 4.5	UN	250
47	443798	PARAFUSO ESPONJOSO DCP 4.0	UN	200
49	436641	PARAFUSO MALEOLAR DCP 4.5	UN	50
52	473435	PLACA 1/3 OU TUBULAR DCP 3.5	UN	120
54	453955	PLACA COMPRESSÃO ESTREITA DCP	UN	50
55	453955	PLACA COMPRESSÃO LARGA DCP	UN	100
58	440232	PLACA L OU T DCP 2,7	UN	10
59	440305	PLACA PARA CALCÂNEO DCP	UN	25
60	435379	PLACA RECONSTRUÇÃO 3.5 DCP	UN	25
61	450191	PLACA RECONSTRUÇÃO DCP	UN	10
62	440956	PLACA RETA 2.7	UN	30
63	443672	PLACA RETA COMPRESSÃO DCP 3.5	UN	120
66	443616	PLACA SEMI TUBULAR DCP	UN	10
67	443616	PLACA SEMI TUBULAR DCP 2.7	UN	50
68	443705	PLACA T OU L DCP	UN	100



69	443621	PLACA T O U L DCP 3.5	UN	50
72	437617	PLACA TUBO COMUM 135G (DHS)	UN	100
73	459269	PLACA TUBO COMUM 95G (DCS)	UN	50

LOTE 02 - TRAUMA BLOQUEADO

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
40	436631	PARAFUSO CORTICAL 3,5 BLOQ	UN	500
41	443323	PARAFUSO CORTICAL 4,5 BLOQ	UN	250
51	473439	PLACA 1/3 – 3,5 BLOQ	UN	20
53	440305	PLACA CALCÂNEO BLOQ	UN	10
56	471044	PLACA CONDÍLEA	UN	04
57	443621	PLACA EM T E L – 3,5 BLOQ	UN	20
64	441563	PLACA RETA ESTREITA 4,5 BLOQ	UN	10
65	441563	PLACA RETA LARGA 4,5 BLOQ	UN	10
70	444007	PLACA T, L E SUSTENTAÇÃO PROX TÍBIA, SUPORTE 4,5 BLOQ	UN	30
71	435680	PLACA TÍBIA DISTAL BLOQ	UN	20
74	435696	PLACA ÚMERO PROX BLOQ (ATÉ 5 FUROS)	UN	30



LOTE 03 - HASTE INTRAMEDULAR

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
25	455323	HASTE CEFÁLICA CURTA	UN	50
26	455323	HASTE CEFÁLICA LONGA	UN	30
27	455323	HASTE DE FÊMUR	UN	30
28	455323	HASTE DE TÍBIA	UN	40
29	455323	HASTE RETROGRADA DE FEMUR	UN	10
30	455298	HASTE UMERAL	UN	20
33	440530	PARAFUSO - TAMPÃO	UN	160
34	466790	PARAFUSO – PINO DE TRAVA	UN	160

LOTE 04 - PRÓTESES / ARTOPLASTIAS

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
06	430260	BLOQUEADOR CIMENTO	UN	12
08	455323	CENTRALIZADOR	UN	12
09	401294	CIMENTO COM ANTIBIÓTICO	UN	18
10	475671	CIMENTO SEM ANTIBIÓTICO	UN	36
11	455374	COMPONENTE ACET DE POLI – MASTER (ACETÁBULO CIMENTADO)	UN	12
12	454175	COMPONENTE CEFÁLICO	UN	6
13	455373	COMPONENTE CEFÁLICO ARTROPLASTOIA (CABEÇA INTERCAMBIÁVEL)	UN	12
14	454175	COMPONENTE CEFÁLICO/POLI BIPOLAR	UN	15



15	459696	COMPONENTE FEMORAL MODULAR PRIMÁRIO	UN	12
16	443998	COMPONENTE GLENOIDAL	UN	6
17	437807	COMPONENTE UMERAL	UN	6
75	435706	PRÓTESE CABEÇA DE RADIO	UN	18
76	455315	PRÓTESE DE THOMPSON	UN	10
77	455298	RESTRITOR	UN	6

LOTE 05 - MATERIAL DE FIXAÇÃO TEMPORÁRIA/ PROVISÓRIA

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
01	443243	ÂNCORA POLIÉSTER	UN	60
07	474418	CABO DE CERCLAGEM COM PRESILHA	UN	10
18	448654	FIO DE CERCLAGEM	UN	50
19	444011	FIO DE KIRCHNER	UN	300
22	444011	FIO STEINMAN LISO	UN	300
23	424231	FIXADOR DE PUNHO - COLLES	UN	20
24	424231	FIXADOR LINEAR (ESTÉRIL)	UN	120
31	365417	MINI FIXADOR EXTERNO	UN	20
50	443508	PINO DE SHANTZ	UN	700

LOTE 06 - DIVERSOS / OUTROS

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
21	444011	FIO GUIA LIGAMENTO	UN	10
48	285449	PARAFUSO INTERFERÊNCIA BIOABSORVÍVEL	UN	10

2.2 A contratada deverá fornecer em regime de comodato as caixas correspondentes à especialidade.

3 - DO QUANTITATIVO E DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para o abastecimento das Unidades de Saúde que compõem sua estrutura com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

3.2. A presente aquisição tem por finalidade assegurar a manutenção das condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento das cirurgias de urgência, emergência ou, em alguns casos, cirurgias eletivas realizadas no Hospital Municipal Raul Sertão. Trata-se de aquisição de um material de extrema importância e essencialidade à rotina da Unidade hospitalar sobretudo na utilização em procedimentos cirúrgicos, otimizando e aprimorando o serviço ofertado pelo nosocômio.

3.3. Há que ressaltar que tramita por esta Secretaria de Saúde processo administrativo nº 11881/2018, que versa sobre Chamamento Público para o cadastramento de empresas para o fornecimento de OPME, todavia, o presente administrativo restou deserto por duas vezes, inviabilizando o cadastramento pretendido. Desta feita considerando a deserção do Chamamento Público em referência a Secretaria Municipal de Saúde promoveu, de acordo com a solicitação da Unidade Requisitante, a abertura do presente feito, viabilizando o abastecimento contínuo do nosocômio.

3.4. Ressaltasse-se que as especificações técnicas bem como o quantitativo do material solicitado foram indicados pela equipe técnica da Unidade Hospitalar juntamente com a Secretária Municipal de Saúde, a qual se responsabiliza por todas as informações lançadas no documento acostado ao processo.

3.5. A presente aquisição atenderá a demanda de cirurgias ortopédicas da Unidade de Saúde pelo período de 12 (doze) meses e se dará pelo sistema de registro de preços.

3.6. Considerando que a memória de cálculo dos últimos anos para os itens efetivamente gastos pelas especialidades traz informações inconclusivas, visto que, em certos momentos não se detinha equipe completa para efetuar os procedimentos, outrora não disponibilizava de materiais / equipamentos e em outros momentos a Central de Esterilização mantinha-se interditada, fatos estes que subestimaram a potencialidade da Unidade de Saúde, optou-se por buscar as informações com cada responsável pelo serviço para levantar o quantitativo real nas condições ideais, que é o que se busca. Paralelo a isto, o descritivo incompleto e até mesmo defasado de alguns

produtos inviabiliza as cotações e futuras aquisições, diante disto, a atual gestão buscou a proximidade com os profissionais que de fato manipulam os materiais solicitados, visando rever os descritivos.

3.7. Considerando que para alcançar o melhor resultado dentro das limitações elencadas, foram pesquisados editais anteriores e tomamos como parâmetro de quantidade e listagem de materiais o Edital de Chamamento Público nº 011881/2018.

3.8. Assim, a Equipe Técnica, em conjunto com os médicos responsáveis pela especialidade, alcançou o quantitativo e itens ora apresentados, sendo este calculado de acordo com os levantamentos apontados em número de procedimentos.

4. DAS EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS

4.1. Os itens solicitados contêm exigências específicas como comodato de caixas cirúrgicas.

4.2. Todas as caixas disponibilizadas deverão ser 100% compatíveis com os produtos adquiridos para o uso;

4.3. Caso seja necessário, a Contratada deverá ainda oferecer a manutenção e/ou substituição do instrumental contido nas caixas;

4.4. Caso necessário a substituição de qualquer material por dano não reparável deverá ocorrer no prazo máximo de 3 (três) dias;

4.5. Ademais, cabe ressaltar que os equipamentos deverão ser mantidos nas unidades Requisitantes até o esgotamento dos materiais vinculados ao uso dos mesmos.

5. DO LOCAL DE ENTREGA

5.1 O fornecimento será efetuado conforme conveniência e necessidade, a serem determinados pela Unidade Requisitante, com prazo de entrega não superior a 05 dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

5.2 A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega dos produtos, após emitida Nota de Empenho, no endereço e horário abaixo:

* **HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ:** Rua General Osório, nº 324, Centro, Nova Friburgo/RJ, nos horários de 09h00min às 16h00min (respeitando o horário de almoço: 12h00 às 13h00min);

6. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega dos materiais no prazo máximo de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Nota de Empenho.

6.2. A entrega deverá ser realizada no horário e local descrito no **subitem 5.2** deste Termo de Referência.

6.3. A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

6.4. Em hipótese alguma serão aceitos materiais em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e resultados requisitados.

6.5. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

6.5.1. Entregar os materiais contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

6.5.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

6.5.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

7 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

7.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

8 - RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. Os bens serão recebidos:

8.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

8.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento provisório.

8.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

9 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

9.1.1 Elemento de despesa – 33.90.30.39;

9.1.2. Fonte de recurso 07 – SUS;

9.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

9.2.1. Hospital Municipal Raul Sertã - **30001.10.302.0070.188;**

9.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

10 – DA LIQUIDAÇÃO

10.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

11 – DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

11.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

11.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

11.1.3. FGTS;

11.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

11.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

11.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

11.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

11.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

12.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

12.2. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

12.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato

Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

13 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Caberá à Contratante:

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

13.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

13.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

13.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

13.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

14.2. Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas nos **subitens 11.1.1 a 11.1.6**.

14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

14.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias, o material com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

14.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

14.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou Ata de Registro de Preços.

14.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no cumprimento da obrigação.

14.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48h (quarenta e oito horas) de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.9. Manter-se, durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

14.11. A CONTRATADA deverá apresentar os materiais com data de validade de no mínimo 2/3 da validade total do material, na data da entrega na Unidade Requisitante. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela CONTRATANTE, poderá excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder à imediata substituição, à vista da inviabilidade dos produtos no período de validade.

15 - DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

16 - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições pactuadas, não haja prejuízo à execução do objeto e haja a anuência expressa da Administração.

17 - DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, o qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso dos procedimentos, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

17.2. Para acompanhamento e fiscalização da entrega dos materiais, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Vânia Lúcia Vieira Hughenin	062.464	Superior Imediato
Leopoldina de Fátima Azevedo Reis	201.836	Fiscal Titular
Keli de Souza Oliveira Bessa	062.464	Fiscal Substituta
Fernanda Medeiros Rodrigues	468.036	Gestora Titular
Céres Lourenço Teixeira	062.195	Gestora Substituta

17.3. O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do material.

17.5. A verificação da adequada entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

17.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

18- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1 - não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2 - não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

18.1.3 - apresentar documentação falsa;

18.1.4 - deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.5 - ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.6 - não mantiver a proposta;

18.1.7 - cometer fraude fiscal;

18.1.8 - comportar-se de modo inidôneo;

18.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3 - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.3.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.3.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

18.3.3 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;

18.3.4 - Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

18.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.6 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18.7 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.8 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.9 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

1810 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18.11 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.12 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19 - DA RESCISÃO

19.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

19.2. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

20. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

20.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.



Termo de referência elaborado por:

Fernanda Medeiros Rodrigues
Gestão de Processos e Contratos – SMS
Matrícula 468.036

Ratifico o teor do presente Termo de Referência nos termos da Lei 8.666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137